

MARÍLIA ALVES DE CARVALHO E SILVA

**Relatório jurídico 01 do projeto:**

**Repositório em 3D “OBRAS DE ARTE NOS ESPAÇOS  
PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. UM OLHAR PARA O  
MODERNISMO”**

O presente documento foi elaborado pela pesquisadora Marília Alves de Carvalho e Silva e entregue no dia 31 de janeiro de 2019. A presente versão foi revisada e entregue em 8 de março de 2019. Trata-se de um relatório que tem como objetivo expor um panorama geral do atual cenário jurídico envolvendo a propriedade intelectual, com ênfase na análise do direito autoral.

Coordenadoras do projeto:

Asla Medeiros e Sá (FGV EMAp) e

Vivian Luiz Fonseca (FGV CPDOC)

Rio de Janeiro  
Fundação Getúlio Vargas  
2019

## SUMÁRIO

1) Introdução.....	3
2) Delimitando conceitos sobre propriedade intelectual .....	3
3) Limitações aos direitos do autor .....	6
3.1) O Caso Arquidiocese versus H Stern .....	10
4) O Repositório Modernista e o Interesse Público .....	11
5) Os Direitos Autorais aplicados ao Repositório Modernista .....	12
5.1 Monumento à Juventude Brasileira .....	13
5.2 Mulher .....	14
5.3 Paineis de Azulejos da Fazenda Colubandê .....	14
5.4 Evangelista Mateus .....	14
5.5. Paineis de Burle Marx da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU).....	14
6) Conclusão .....	15
7) Referências.....	16

*Um barco que veleje nesse infomar.*

Gilberto Gil

## 1) Introdução

Em dezembro de 1996, há 23 anos, Flora Gil conseguiu tornar realidade o sonho de lançar no Brasil a primeira música transmitida em tempo real pela internet<sup>1</sup>. A canção empresta um de seus versos a epígrafe do presente relatório e demonstra como a tecnologia evolui rapidamente, o que exige que estejamos constantemente construindo barcos que permitam navegar em mares cada vez mais desconhecidos e desafiadores.

Por isso o direito deve estar atento às inovações que criam realidades até então inimagináveis e acarretam a necessidade de pensar uma regulamentação ou interpretar a já existente de modo a garantir o máximo de segurança jurídica aos envolvidos. No entanto, não é incomum que os barcos da tecnologia e do direito velejem em velocidades diferentes, como ocorre com a normatização da digitalização tridimensional de objetos físicos, bem como sua reprodução utilizando tecnologia de impressoras 3D, objeto do projeto em análise. Faz-se necessária, portanto, uma investigação de como o direito autoral vem sendo disciplinado pela legislação pátria para posteriormente propor uma interpretação sistemática com o fito de priorizar o interesse público e conferir ao projeto o máximo de segurança jurídica possível em um cenário ainda incerto.

## 2) Delimitando conceitos sobre propriedade intelectual

No Brasil ainda não há jurisprudência pacificada nos tribunais superiores sobre a produção de réplicas de obras de arte através da utilização de impressoras 3D, e a doutrina sobre o tema também é inexpressiva. A regulamentação mais consolidada é a Lei 9610/98<sup>2</sup>, conhecida como Lei de Direitos Autorais (LDA), a qual elucida alguns conceitos, bem como regras sobre os direitos morais e patrimoniais, suas limitações e previsão dos requisitos para uma obra ingressar em domínio público.

O artigo 5º do supracitado diploma legal traz algumas definições, dentre as quais destacamos o inciso XIV, que foi introduzido pela Lei nº 12.853, de 2013 e conceitua

---

<sup>1</sup> SEGURA, Muro. *A incrível história por trás da música "Pela internet" de Gilberto Gil*. Disponível em: <http://www.maurosegura.com.br/pela-internet-gilberto-gil/>. Acesso em: 24 nov. 2018.

<sup>2</sup> Embora não seja objeto do presente relatório, é válido mencionar que os programas de computador são regulamentados pela Lei 9609/98, chamada de Lei do Software.

como titular originário tanto o autor da obra quanto o intérprete, o executante, o produtor fonográfico e as empresas de radiodifusão.

Já o conceito de autor está previsto no artigo 11, que o define como “a *pessoa física* criadora de obra literária, artística ou científica” (grifo nosso). De sua literalidade é possível extrair que apenas as pessoas físicas podem ser autoras, embora a proteção também seja extensiva às pessoas jurídicas, o que está expresso em seu parágrafo único: “Parágrafo único. A proteção concedida ao autor poderá aplicar-se às pessoas jurídicas nos casos previstos nesta Lei.”.

Outra delimitação necessária é diferenciar propriedade intelectual, direito autoral e propriedade industrial: o primeiro é gênero, que engloba os dois últimos como suas espécies. Para o projeto em questão, o que importa é primordialmente o direito autoral, que possui relação mais direta com a pessoa que produziu a obra, consistindo em uma série de faculdades e garantias que são conferidas ao autor da obra e posteriormente a seus sucessores. A propriedade industrial, ao contrário, tem caráter mais “empresarial”, estando relacionada com patentes, modelos de utilidade ou modelos industriais.

Uma vez realizada tal distinção, retornamos à lei para esclarecer que, em seu artigo 7º, há uma definição aberta de quais são as obras protegidas pelo direito do autor. De acordo com as palavras do próprio legislador: “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro...”. Pensando no projeto, destacamos os incisos que merecem menção: “VIII: as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética.” e “X: os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência.” Nesse sentido é imperioso salientar ainda que a cópia de obra de arte plástica produzida pelo próprio autor goza da mesma proteção que é garantida ao original, conforme assegurado pelo artigo 9º.

No que concerne às formas de proteção, há dois grandes sistemas de direito autoral: o *copyright*, que é o sistema anglo-americano e possui caráter mais utilitário, e o sistema continental de *droit d’auteur*, que é o adotado no Brasil e se funda em uma relação direta entre o autor e a obra. Conforme lição de Mariana Giorgetti Valente e Bruna Castanheira de Freitas: “veio justificado por noções românticas de autoria e de criação, e

por uma compreensão da ligação entre o autor e a obra que levou ao desenvolvimento de aspectos como os direitos de personalidade, que são os direitos morais de autor.”<sup>3</sup>.

Uma vez que foram mencionados os direitos morais de autor, torna-se oportuno estabelecer a diferenciação entre direitos morais e direitos patrimoniais. Os direitos morais estão previstos no artigo 24 da LDA e tem como fundamento um liame de pessoalidade entre autor e obra, e por isso são inalienáveis e irrenunciáveis, de acordo com o artigo 27. A seguir a lista de direitos morais e sua disciplina:

Art. 24. São direitos morais do autor:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.

§ 2º Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.

§ 3º Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem.

Ou seja, mesmo após a morte do autor alguns direitos morais transferem-se aos sucessores. Depois que a obra está em domínio público passa a ser competência do Estado zelar pela integridade da obra.

---

<sup>3</sup> VALENTE, Mariana Giorgetti; FREITAS, Bruna Castanheira de. *Manual de direito autoral para museus, arquivos e bibliotecas* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 19.

Já os direitos patrimoniais estão previstos nos artigos 28 a 45 e estão mais voltados para a proteção de aspectos econômicos, como o próprio nome já evidencia. Ao contrário dos anteriores, são alienáveis e também permitem a renúncia. O artigo 29 traz uma lista exemplificativa de direitos patrimoniais exclusivos, dentre os quais enfatizamos:

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;

X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

De acordo com o artigo 41, os direitos patrimoniais ainda perduram por 70 anos contados do primeiro dia do ano subsequente ao falecimento do autor:

Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.

Parágrafo único. Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o caput deste artigo.

Por fim, um último conceito que merece ser definido é o de direito conexo. De acordo com o artigo 89, as normas sobre direitos do autor aplicam-se, no que couber, aos artistas intérpretes ou executantes, aos produtores fonográficos e as empresas de radiodifusão. Ou seja, são direitos de profissionais que não se confundem com o autor e não desenvolvem obra originais, mas tiveram algum tipo de participação.

### **3) Limitações aos direitos do autor**

No ponto anterior já foram mencionadas algumas limitações que vem no bojo das próprias definições, mas a lei prevê ainda algumas outras. O objetivo aqui é iniciar um estudo doutrinário e propor uma tese jurídica em consonância com nossa Lei Maior e que privilegie o interesse público materializado na proteção da memória histórica e cultural do Brasil.

A propriedade intelectual visa garantir uma série de proteções aos autores, e o fundamento do direito autoral é um dos temas mais importantes e controversos, sendo objeto de estudo até a possibilidade de fundamentação não jurídica. José de Oliveira

Ascensão compila os principais em seu artigo “Fundamentos do Direito Autoral como Direito Exclusivo”<sup>4</sup>, os quais citaremos para dar ciência, mas apenas os que interessam aos objetivos do projeto serão analisados mais detidamente.

De acordo com Ascensão, os fundamentos dividem-se em não jurídicos e jurídicos. Dentre os primeiros estão a justificação econômica, a política e até mesmo a filosófica. Os jurídicos, por sua vez, dividem-se em: transcendentais (por exemplo o Direito Natural), os baseados nos direitos humanos ou em suas Declarações, o constitucional, o direito internacional público, a integração econômica regional, a natureza jurídica do instituto, o direito legislado ou o interesse público.

No que tange ao fundamento constitucional, primeiramente esclarecemos que os direitos autorais não têm *status* de direito fundamental na maioria dos países. Em nosso ordenamento, o artigo 5º, XXVII da Constituição prevê o direito exclusivo dos autores de utilizar, publicar e reproduzir suas obras, que é transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei determinar. Mais adiante, no inciso XXIX, estabelece que os inventos industriais se submetem a privilégio temporário para sua utilização, “tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País”. Portanto, de acordo com o fundamento constitucional, os direitos do autor não são absolutos, e a função social da propriedade, expressamente prevista no inciso XXIII do mesmo dispositivo (e repetida no artigo 170) é um dos balizadores para aplicar os direitos do autor de forma não abusiva.

Importante esclarecer que citamos a função social apenas como um exemplo de limitação, sem com isso nos filiarmos a corrente que compreende os bens protegidos por direitos autorais como propriedade, a qual é amplamente criticada por renomados juristas, como Sérgio Branco. No entanto, mesmo oposto a esta visão, o autor destaca:

A doutrina passou a encarar a propriedade como uma realidade funcionalizada. E já não é mais possível falar em um conceito único de propriedade. Se são diversas as propriedades, cada uma com sua função, precisamos analisar as diversas propriedades para entender como os direitos autorais se adequam – se é que se adequam – a este cenário<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> ASCENSÃO, José de Oliveira. Fundamento do Direito Autoral como Direito Exclusivo. In: SANTOS, Manoel J. Pereira dos; JABUR, Wilson Pinheiro. *Direito Autoral*. 2ª tiragem. Série GVlaw. São Paulo: Saraiva, 2018.

<sup>5</sup> Branco, Sérgio. *O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 16.



No mesmo sentido posiciona-se Ascensão: “a qualificação dos direitos intelectuais como propriedade resulta de uma confusão de planos”<sup>6</sup>, o que impõe distinguir a propriedade como direito real e a propriedade no sentido constitucional, econômico ou sociológico. A concepção do direito intelectual como direito de propriedade é herdeira de uma utilização ideológica que teve seu berço na Revolução Francesa e considerava-a sagrada. Sendo assim, enxergar o direito intelectual como propriedade é bastante contestável.

Por fim, a fundamentação com base no interesse público deve considerar que as limitações são temporárias e têm o objetivo de estimular o autor a criar. Ocorre que ao tentar equacionar os interesses do autor e o Direito da Cultura (que deve incentivar a difusão de expressões artísticas), a legislação ainda é muito restritiva, sobretudo diante das inovações tecnológicas. Nas palavras de Ascensão: “Permitimo-nos supor que mesmo em aspectos como o uso privado há uma demasiada timidez nas propostas de reforma, considerando que a situação legislativa atual não satisfaz o interesse público.”<sup>7</sup>.

Dessa forma, é possível interpretar as limitações dos direitos autorais de forma mais abrangente ou mais restritiva de acordo com a fundamentação adotada, conforme defendem Valente e Castanheira de Freitas: “A limitação do direito autoral é justificada diferentemente, de acordo com a justificação que se adota em relação ao próprio direito autoral”<sup>8</sup>. Contudo, não é possível desprezar os parâmetros legais que estabelecem limitações, os quais merecem a análise a seguir.

As limitações estão previstas no Capítulo IV da LDA, mas também há outros artigos que estabelecem restrições temporais aos direitos *patrimoniais* do autor. Já foi citado o artigo 29, que prevê a necessidade de autorização do autor para diversos usos da obra. De acordo com o “princípio de independência das utilizações”, expresso no artigo 31, a autorização para um determinado fim não é extensiva para nenhuma outra finalidade. Há, no entanto, uma exceção prevista no artigo 77, o qual dispõe: “Salvo convenção em contrário, o autor de obra de arte plástica, ao alienar o objeto em que ela se materializa, transmite o direito de expô-la, mas não transmite ao adquirente o direito de reproduzi-la.”.

---

<sup>6</sup> Ibid., p. 44.

<sup>7</sup> ASCENSÃO, 2018, p. 51.

<sup>8</sup> VALENTE; FREITAS, 2017, p. 15.

Seguindo na análise estritamente legal, o artigo 46, VIII da LDA traz uma “cláusula geral” que admite uma interpretação mais aberta e enseja a ponderação entre os interesses sociais decorrentes das inovações tecnológicas e os direitos do autor, estabelecendo literalmente que:

A reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

Se discute se as limitações previstas neste artigo seriam exemplificativas ou taxativas. O Superior Tribunal de Justiça vem se posicionando no sentido de que outras limitações são possíveis, desde que sigam uma interpretação sistemática da lei e dos tratados e disposições internacionais que o Brasil é signatário.

As obras em logradouros públicos, por sua vez, podem ser representadas livremente, previsão expressa no artigo 48: “as obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.”.

Os direitos morais, por sua vez, são inalienáveis e irrenunciáveis, conforme já elucidado. Contudo, os direitos de reivindicar a autoria, de ter o nome ou pseudônimo na utilização da obra, de conservá-la inédita e de assegurar a sua integridade são transferidos aos sucessores após a morte do autor pelo prazo de 70 anos contados partir de 1º de janeiro subsequente à morte do autor ou do último coautor ou do ano subsequente à primeira publicação ou divulgação. Tais limitações estão previstas no artigo parágrafo 1º do artigo 24 cumulado com artigos 41, 42, 43 ou 44. Depois do prazo de proteção, a obra cai em domínio público e torna-se competência do Estado zelar pela integridade da obra, conforme o parágrafo 2º do artigo 24.

Nesse ponto há uma incongruência da lei em vigor atualmente com a evolução tecnológica: enquanto o diploma anterior, de 1973, previa um prazo de proteção de 60 anos, a mais recente o estendeu para 70 anos. Ou seja, embora a possibilidade de reproduzir e com isso até mesmo preservá-la<sup>9</sup> tenha se tornado muito mais viável pelo

---

<sup>9</sup> A reprodução para preservação será objeto de estudo mais detido a seguir, sobretudo pela importância que o tema adquiriu após o desastre no Museu Nacional.

avanço da tecnologia, o prazo de proteção foi aumentado, não contemplando a premência da sociedade pelo avanço tecnológico.

Torna-se evidente, portanto, que a interpretação deve ser sempre sistemática e considerar não apenas a legislação em si, como também as fundamentações possíveis para o direito autoral e a evolução da matéria nos tribunais. O projeto é uma iniciativa tão inovadora e vanguardista que ainda não há jurisprudência específica sobre o tema, conforme esclarecemos anteriormente. No entanto, não consideramos esta lacuna uma onda intransponível, e sim um incentivo para levantar as velas do barco do direito, razão pela qual propomos uma analogia com o caso a seguir.

### 3.1) O Caso Arquidiocese versus H Stern

Em março de 2012 teve ampla publicidade a disputa travada entre os herdeiros do escultor Paul Landowski<sup>10</sup>, representados pela Associação Brasileira dos Direitos dos Autores Visuais (AUTVIS), e a joalheria H Stern, tendo como interessada a Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. A disputa tornou-se um *leading case*<sup>11</sup>, pois a H Stern havia produzido e comercializado um pingente em ouro com o formato do Cristo Redentor, o que motivou os herdeiros do escultor a ingressarem com uma ação pleiteando indenização contra a joalheria, sob a alegação de que a reprodução violaria os direitos autorais da obra.

Em primeira instância foi decidido que os direitos autorais pertenciam à Arquidiocese, de acordo com o que foi dito pelo arquiteto da obra, o qual afirmou que teria havido a cessão dos direitos a citada representante da Igreja Católica na cidade. Em sede recursal, a 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo reiterou o entendimento de que os autores da ação teriam renunciado aos direitos de reprodução do monumento e manteve decisão que negou aos sucessores de Landowski a indenização, conforme exposto no trecho da decisão:

Logo, e ainda que se revele impossível em atenção aos limites objetivos da demanda e às peculiaridades do caso, afirmar que os direitos patrimoniais relativos ao monumento "Cristo Redentor" pertencem à Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro,

---

<sup>10</sup> Paul Landowski é o escultor que criou a estátua do Cristo Redentor.

<sup>11</sup> "*Leading case*" é a nomenclatura utilizada para fazer menção a decisões paradigmáticas que podem servir de esteio para outras lides semelhantes.

diante da renúncia expressa do antecessor dos representados pela autora aos "direitos de reprodução" da obra, o reconhecimento da ilegitimidade ativa da demandante era mesmo de rigor, razão pela qual, no tema principal, nega-se provimento ao recuso<sup>12</sup>.

Portanto, se até no caso de exploração comercial foi permitida a reprodução de uma escultura, com muito mais razão deve ser permitida e até estimulada a digitalização em 3D das obras do período modernista, considerando que o objetivo é possibilitar um maior acesso à cultura e não auferir lucro, como no caso citado. Diante disso, torna-se imperiosa uma análise de como a interpretação das noções expostas neste ponto se aplica no caso das obras que integram o projeto.

#### 4) O Repositório Modernista e o Interesse Público

O projeto “Repositório Modernista” tem como objetivo oferecer um detalhado conjunto de informações que permitam conhecer e potencializar o uso do acervo de bens culturais que se relacionam com um marcante acontecimento na história brasileira: a Semana de Arte Moderna de 1922. Este evento foi um dos mais marcantes do modernismo no Brasil, sendo conceituado no relatório técnico que integra o projeto, de autoria de Daniela Labra, como “um movimento artístico-literário iniciado na segunda década do século XX, por artistas baseados em São Paulo e no Rio de Janeiro, que desejavam desconstruir os cânones acadêmicos que ditavam a forma e conteúdo das artes[...]”. O meio através do qual se pretende realizar o objetivo é a digitalização em 3D de seis (06) obras de arte modernistas – entendidas como representativas para fundamentar e conceituar um projeto de maior porte - que se encontram no espaço público do Rio de Janeiro, de modo a criar um repositório digital.

Para disseminar este movimento que nos permite compreender melhor a nossa própria história, tal repositório será disponibilizado para acesso do público em geral, com destaque para usos nos Ensinos Básico e Superior, na pesquisa e por gestores e demais profissionais envolvidos na conservação e preservação do patrimônio. Posteriormente, haverá a produção de materiais e testes iniciais com foco em potenciais usos educacionais.

---

<sup>12</sup> Íntegra da decisão disponível em: < <https://m.migalhas.com.br/quentes/152873/hstern-pode-usar-imagem-do-cristo-redentor-em-joia>>. Acesso em 03 mar. 2019.

Tendo isso em mente, o interesse público no projeto é inquestionável, e cabe ressaltar a relevância de ações de preservação diante do recente incêndio que ocorreu no dia 2 de setembro de 2018 no Museu Nacional. Apesar de o projeto ter sido idealizado antes da tragédia, o acontecimento evidenciou a necessidade de proteger o patrimônio histórico e cultural, o que foi salientado pelo ex-presidente do Instituto Brasileiro dos Museus (Ibram), Marcelo Araújo: “Isso mostra que precisamos mudar a cultura sobre a preservação no Brasil. O que vamos falar para as novas gerações? A sociedade precisa repensar o país que quer”<sup>13</sup>.

O museu é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e não foi o primeiro incidente recente na instituição. De 2011 até agora também foram focos de incêndio só na UFRJ: a capela do campus da Praia Vermelha, a Faculdade de Letras, o Centro de Ciências da Saúde, o prédio da reitoria e o alojamento<sup>14</sup>. Se isso vem ocorrendo com o acervo cultural que deveria estar protegido nos museus e instituições federais, os danos que podem sofrer esculturas expostas no ambiente público são ainda mais acentuados, tornando mais necessária a sua reprodução em um ambiente virtual, o que as deixaria não apenas mais acessíveis, como adicionalmente mais protegidas.

Tendo isso em mente é necessário realizar uma interpretação sistemática da LDA para solucionar eventuais conflitos. Analisando-a a sob esta ótica a seguir buscaremos evidenciar que há uma constante ponderação entre o interesse público e os direitos autorais, e normalmente quando aquele tem mais força a utilização da obra é permitida - ainda que esteja dentro do prazo de setenta anos previsto no artigo 29. No projeto em tela, o interesse público é manifesto até em seu objetivo, que representa uma necessária tentativa de preservação e difusão da memória de nosso país.

## 5) Os Direitos Autorais aplicados ao Repositório Modernista

Considerando que o objeto do estudo são obras do período modernista, se enquadram na situação descrita no supracitado artigo 29 cumulado com 41<sup>15</sup>, uma vez

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/incendio-no-museu-nacional-e-uma-perda-irrecuperavel-para-a-cultura-diz-presidente-do-ibram.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/incendio-destroi-museu-nacional-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

<sup>15</sup> Todos os dispositivos mencionados já foram integralmente citados no ponto 1, razão pela qual torna-se desnecessária a repetição.

que foram confeccionadas por artistas que faleceram há menos de 70 anos. Nesse sentido, de acordo com uma leitura meramente legalista, em descompasso com a Constituição e desconectada do objetivo do projeto, em teoria ainda se encontrariam sob a proteção de alguns direitos que poderiam ser exercidos pelos herdeiros.

Porém, a literalidade dos artigos 46 e 48 do mesmo diploma estabelece diversas exceções ao que foi previsto nos dispositivos mencionados acima, expondo situações que determinadas utilizações da obra são permitidas. Conforme já mencionado, nossa Constituição deixa claro que o direito do autor não é absoluto, razão que reforça a necessidade de uma leitura que não prejudique o interesse público em prol de uma proteção excessiva aos herdeiros.

Portanto, a proteção da memória cultural do país, bem como seu estudo e difusão não pode ser menos valorada do que uma suposta proteção aos herdeiros do autor, que se materializaria na concessão ou não de autorização para sua utilização. No caso das obras que integram o projeto, a flexibilização do artigo 49 da lei 9610 é ainda mais coerente, uma vez que são esculturas que se encontram no espaço público, estando mais expostas a deterioração e tendo a possibilidade de sua reprodução prevista expressamente no artigo 48 do mesmo diploma. Sendo assim, a seguir será exposto um levantamento dos autores das obras, suas datas de nascimento e falecimento e o ano que entrarão em domínio público. Imperioso salientar que mesmo antes de entrar em domínio público, o direito de digitalização em 3D, e também o direito de reprodução em impressoras 3D, para finalidades relacionadas ao interesse público, pode ser defendido com base em tudo o que foi desenvolvido anteriormente, o que se aplica a todas as obras.

## 5.1 Monumento à Juventude Brasileira

A obra está situada nos Jardins do atual Palácio Gustavo Capanema<sup>16</sup>, localizado na Rua da Imprensa, nº 16, no Centro do Rio de Janeiro, e foi criada em 1947 por Bruno Giorgy. O artista plástico e escultor nasceu no Estado de São Paulo em 1905 e faleceu no Rio de Janeiro em 1993.

---

<sup>16</sup> Na época que a obra foi feita, o local era conhecido como Ministério da Educação e Saúde (MES).

## 5.2 Mulher

Também se encontra no Palácio Capanema e foi feita em 1942 por Adriana Janacópulos. A artista nasceu em 1897, em Petrópolis, no Rio de Janeiro e veio a óbito em 1978.

## 5.3 Paineis de Azulejos da Fazenda Colubandê

O mural está instalado na Fazenda Colubandê, que é uma das fazendas coloniais mais importantes de nosso país<sup>17</sup> e está situada na Rodovia Amaral Peixoto, entre o km 9,2 e o 10, em Colubandê, São Gonçalo. Trata-se de um painel da pintora, desenhista, cartazista e gravadora Djanira da Motta e Silva, que nasceu em São Paulo no ano 1914 e morreu no Rio de Janeiro em 1979 e, apesar de não ser possível precisar a data de confecção da arte, há indícios de que foi em 1960.

## 5.4 Evangelista Mateus

A escultura pode ser encontrada no Parque da Catacumba, que se situa na Avenida Epitácio Pessoa, nº. 3000, de frente para a Lagoa Rodrigo de Freitas. É de autoria do escultor, desenhista e professor Alfredo Ceschiatti, que nasceu em Belo Horizonte no ano 1918 e faleceu no Rio de Janeiro em 1989.

## 5.5. Painel de Burle Marx da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU)

A FAU está localizada Avenida Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, onde está exposto o Painel feito em 1957 por Roberto Burle Marx, famoso paisagista, arquiteto, desenhista, pintor, gravador, litógrafo, escultor, tapeceiro,

Comentado [AMeS1]: Essa foi reproduzida por nós. Pode diagramar como as outras!

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://saogoncaloturismo.com.br/project/fazenda-colubande/>>. Acesso em: 15 Jan. 2019.

ceramista, designer de joias e decorador. Um dos maiores expoentes do modernismo, Burle Marx nasceu na cidade de São Paulo em 1909 e foi a óbito no Rio de Janeiro em 1994.

## 6) Conclusão

O tema das digitalizações de obras de arte em ambiente virtual bem como sua reprodução tecnologia de impressoras 3D é vanguarda absoluta, sobretudo no ambiente jurídico, mas a inexistência de lei não pode consistir em um entrave ao desenvolvimento do país, pois, como célebre frase de Pontes de Miranda, o direito serve à vida. Diante dessa revolução que era inimaginável no momento de elaboração da lei, é necessário realizar uma interpretação sistemática do diploma, e que esteja em consonância com o Constituição e não configure um retrocesso diante das decisões já exaradas sobre o tema dos direitos autorais, como a mencionada no presente estudo.

Sendo assim, o direito autoral deve estar menos fundamentado no *droit d'auteur*, de modo a incentivar que pesquisadoras e pesquisadores sejam capazes de estudar e difundir a arte através de tecnologias que eram inimagináveis no momento que a lei foi redigida. E faz-se urgente um barco que veleje, e não uma âncora que impeça a navegação.



## 7) Referências

ASCENSÃO, José de Oliveira. Fundamento do Direito Autoral como Direito Exclusivo. In: SANTOS, Manoel J. Pereira dos; JABUR, Wilson Pinheiro. *Direito Autoral*. 2ª tiragem. Série GVlaw. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRANCO, Sérgio. *O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 (versão virtual).

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. *Direitos autorais*. Série FGV Jurídica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 144 p.

VALENTE, Mariana Giorgetti; FREITAS, Bruna Castanheira de. *Manual de direito autoral para museus, arquivos e bibliotecas* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. 84 p.

### Páginas da internet consultadas

ALFREDO Ceschiatti. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10513/alfredo-ceschiatti>>. Acesso em: 15 Jan. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

BRUNO Giorgi. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8920/bruno-giorgi>>. Acesso em: 15 Jan. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/incendio-destroi-museu-nacional-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 02 Dez. 2018.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/incendio-no-museu-nacional-e-uma-perda-irrecuperavel-para-a-cultura-diz-presidente-do-ibram.shtml>. Acesso em: 03 jan. 2019.

Disponível em: <http://cms.hojeemdia.com.br/preview/www/2.602/2.621/1.314695>. Acesso em: 02 Dez. 2018.

Disponível em: <https://m.migalhas.com.br/quentes/152873/hstern-pode-usar-imagem-do-cristo-redentor-em-joia>. Acesso em 03 Mar. 2019.

Disponível em: <http://www.parquedoflamengo.com.br/equipamentos/monumento-nacional-aos-mortos-da-segunda-guerra-mundial-2/>. Acesso em: 15 Jan. 2019.

Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2015/05/22/noticia-e-mais,167930/exposicao-em-ouro-preto-faz-tributo-a-obra-de-alfredo-ceschiatti.shtml>. Acesso em: 15 Jan. 2019.

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70475/73248>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

Disponível em: <http://www.usp.br/aun/antigo/exibir?id=7463>. Acesso em: 15 Jan. 2019.

Disponível em: <http://saogoncaloturismo.com.br/project/fazenda-colubande/>. Acesso em: 15 Jan. 2019.

Disponível em: <http://artenarede.com.br/blog/index.php/fazenda-colubande-historia-artetragedia-e-descaso-parte-i/>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

Disponível em: <https://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/pc-parque-catacumba.html>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

DJANIRA . In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9397/djanira>>. Acesso em: 15 Jan. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

MONUMENTO à Juventude Brasileira. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra15151/monumento-a-juventude-brasileira>>. Acesso em: 21 de Jan. 2019.

SEGURA, Muro. *A incrível história por trás da música “Pela internet” de Gilberto Gil*. Disponível em: <http://www.maurosegura.com.br/pela-internet-gilberto-gil/>. Acesso em: 24 Nov. 2018.